

Econ. Brasil

As perspectivas da economia em 1998

Júlio Miragaya *

O ano de 1998 começa com perspectivas sombrias no cenário econômico mundial e nacional. De acordo com o relatório do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, divulgado em dezembro/97 em Genebra, a previsão é de crescimento de 3% da economia mundial. Como a população no planeta cresce a razão de 2% ao ano, o produto *per capita* crescerá apenas 1% em 1998. Entre os países centrais, o crescimento nos EUA deve cair de 3,7% em 1997 para 2,4% neste ano; na União Européia, deverá se manter em torno dos 2,5% registrado em 1997 e no Japão evoluirá de 0,8% em 1997 para 1,2%.

Quanto aos países periféricos, no Sudeste Asiático, fortemente atingido pela crise econômica, o crescimento, segundo a ONU, cairá de 5,2% em 1997 para 4% em 1998. Na Coreia do Sul, que teve taxa média de crescimento de 8,2% no período 1994/96, o PIB cresceu apenas 6% em 1997 e deve cair para 3% em 1998. Situação similar às de Indonésia, Tailândia, Malásia e outros países da região. Apenas a China deve manter o crescimento elevado em 1998. Na América Latina, a ONU estima um crescimento de 3,5% em 1998 contra 5,2% em 1997, sendo que a principal causa de tão forte decréscimo está no crescimento do PIB brasileiro, estimado pela ONU em 1% em 1998, o menor entre as 15 principais economias emergentes do planeta.

Um crescimento de 1% da

economia brasileira, abaixo inclusive do crescimento demográfico de 1,3%, o que significa decréscimo na renda *per capita* brasileira, configura um quadro econômico grave, de economia estagnada e conseqüentemente de aumento do desemprego no país.

As dificuldades começam pelo setor externo. O país fechou 1997 com um déficit de 34,8 bilhões de dólares na balança comercial de transações correntes, equivalente a 4,2% do PIB, um patamar muito elevado. Para 1998, não se deve esperar redução do déficit, pois se é verdade que a balança comercial deve apresentar alguma redução em seu déficit, a balança de serviços tem alguns itens com perspectivas de déficit crescente, como o item juros externos e o item remessa de lucros.

Os elevados déficits nas nossas transações correntes decorrem da política de escancaramento do país ao mercado mundial, iniciada por Collor e impulsionada por Itamar e FHC. O Brasil depende cada vez mais da poupança externa (em larga escala formada de capitais especulativos) para fechar seu balanço de pagamentos. Como se sabe a política de juros elevados tem sido a principal arma do governo para atrair capitais externos, mas tem implicações gravíssimas na atividade econômica interna, funcionando



como freio ao crescimento.

Por sua vez, o quadro da economia estagnada tem duas dramáticas repercussões sociais. A primeira é o previsível aumento do desemprego, num país com 15% de sua população economicamente ativa (PEA) desempregada e 40% subempregada. A segunda é que estagnação da atividade econômica significa congelamento da arrecadação do governo, num quadro de elevado crescimento dos gastos governamentais com pagamento de juros, o que significará mais cortes nos gastos sociais do governo, nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento, etc.

Para a economia do Distrito Federal, as perspectivas não são distintas, e possivelmente podem ser ainda piores, devido a expectativa de um maior arrocho sobre o setor público. O Governo FHC já anunciou que, pelo 3º ano consecutivo, deixará congelado o salário do funcionalismo público, jogando sobre as costas destes o ônus do rombo nas contas públicas. No plano local, o governo Cristóvam tem aplicado a mesma política de reajuste zero para o funcionalismo do GDF. Considerando que no Distrito Federal, onde o funcionalismo público federal e local representam 30% da PEA e 50% da renda, a não concessão de um reajuste de 10% agora em janeiro, índice que chegou a ser "ventilado" por ambos

os governos em meados do ano passado, significa uma subtração na renda disponível para o consumo da ordem de R\$ 35 milhões/mês, com graves repercussões na economia local, notadamente nos setores de comércio e de serviços.

Em suma, nos planos internacional, nacional e local, as perspectivas quanto ao comportamento da economia são muito preocupantes. Por se tratar de um ano eleitoral, as nuvens negras que pairam sobre o país anunciando tempestade, serão devidamente escamoteadas por FHC e seus ministros e a sua política econômica será naturalmente elogiada pelos "supervisores" do FMI. Quanto a isto, Jeffrey Sachs, economista norte-americano em artigo no Financial Times, de forma oportuna, reproduziu um trecho do relatório anual da 1997 do FMI, publicado alguns dias antes da eclosão da crise na Tailândia: "é digno de elogio o surpreendente desempenho econômico da Tailândia e a atuação consistente das autoridades com a implantação de políticas macroeconômicas saudáveis".

Diante disto, considerando que o "saco de maldade" da equipe econômica do governo FHC não foi ainda esvaziado, resta ao povo duas alternativas: ajoelhar e rezar, como recomendou o prefeito do Rio de Janeiro aos cariocas para acabar com as enchentes na cidade, ou se mobilizar para barrar a implementação desta política econômica tão desastrosa para o país e tão sacrificante para o povo.

* Presidente do Sindicato dos Economistas do DF.